

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO N.º 019/2023 QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO PARA FORMAÇÃO DE AGENTES FISCAIS DE TRÂNSITO.

Termo do Contrato firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, e a empresa **LM CURSOS DE TRÂNSITO LTDA EPP**, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para realização de curso para formação de agentes fiscais de trânsito, oriundo do Pregão Presencial n.º 125/2022 e Processo de Compras n.º 5269/2022.

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de Direito Público Interno, com sede no Paço Municipal, sito na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, Sr. Daniel Gonçalves do Carmo Júnior e, de outro lado a empresa **LM CURSOS DE TRÂNSITO LTDA EPP**, estabelecida na Rua Miosotis, nº 55, sala 305, Vila Valqueire, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21330-140, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.657.198/0001-46, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Fernanda Silva Macedo, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 09.989.433-9, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 028.176.497-29, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes neste contrato.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A CONTRATADA, nos termos do presente, obriga-se a realizar curso para formação de agentes fiscais de trânsito, conforme descrição constante dos anexos, que fazem parte integrante deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS PREÇOS

2.1. Com a execução dos serviços objeto do presente Contrato, a CONTRATADA receberá as quantias individuais, constantes de sua proposta readequada, inserta às fls. 547, do Processo de Compras n.º 5269/2022, perfazendo um total para o presente Termo de Contrato de **R\$ 86.400,00** (oitenta e seis mil e quatrocentos reais).

2.2. As despesas oriundas da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária da seguinte Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 (Outro Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica) do Orçamento da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires correspondente ao exercício de 2022 e exercício vindouro.

2.3. Nos preços cotados deverão estar computados todos os custos básicos, diretos e indiretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto ofertado, tais como frete, combustível, embalagens, e demais concernentes à plena e satisfatória entrega do objeto no prazo estipulado.

2.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato atualizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo da vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir de emissão da primeira “ordem de serviços”, emitida pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, prorrogáveis conforme a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, caso haja concordância entre as partes.

3.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante o período contratual de 12 (doze) meses. Após esse período, caso necessário, poderá ocorrer prorrogação e os preços poderão ser objeto de atualização financeira, desde que a prorrogação não ocorra por culpa da CONTRATADA, hipótese, na qual, será aplicada o IPC-FIPE.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar suas dependências e instalações e fornecer todo o material necessário ao processo de avaliação.

4.2. A prestação dos serviços deverá ser efetuada de acordo com a solicitação escrita enviada pela CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA deverá fornecer a respectiva Nota Fiscal/Recibo, devidamente acompanhado da solicitação de prestação do serviço, que será conferida por funcionários responsáveis da CONTRATANTE.

4.4. A prestação dos serviços deverá obedecer às discriminações constantes dos anexos do edital ao qual se refere o presente Termo.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

4.5. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

4.6. Será rejeitada a Nota Fiscal/Recibo emitida caso se constate divergência nos serviços solicitados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal.

5.1.1. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado junto ao setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta bancária da CONTRATADA, que deverá fornecer seu número por escrito.

5.2. Não será admitido no curso do contrato, aumento ou reajuste de preços com periodicidade inferior a um ano, quaisquer que sejam os motivos alegados pela licitante vencedora, salvo em alguns casos de criação, alteração, extinção de tributos, encargos legais ou pela superveniência de disposições legais que comprovadamente tenham repercussão nos preços contratados, implicando a revisão destes para mais ou para menos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Prestar esclarecimentos que forem necessários à CONTRATANTE.

6.1.2. Designar um responsável que esteja apto a responder pela execução dos serviços, bem como representá-lo junto à CONTRATANTE durante toda a vigência da avença.

6.1.3. Acatar as exigências da CONTRATANTE quanto à execução do contrato.

6.1.4. Responder pelo sigilo de todas as informações a que tiver acesso em decorrência da execução do contrato, abrangendo documentação, comunicações e quaisquer outras.

6.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução do contrato.

6.1.6. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições exigidas na época da contratação.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.2.1. A CONTRATANTE registrará as deficiências porventura existentes na execução dos serviços, comunicando a CONTRATADA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

6.2.2. Aprovar a execução dos serviços;

6.2.3. Efetuar os pagamentos da forma estabelecida na Cláusula Quarta;

6.2.4. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la, e que também fiscalizará a execução dos serviços;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.2.5. Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, será aplicado segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10 % (dez por cento) do valor do contrato.

7.2. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

7.3. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

7.4. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, por período não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA OITAVA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO

8.1. A CONTRATADA deve obedecer em seu trabalho, às determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V Título II, regulamentado pela Portaria 3214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas, conforme segue:

8.1.1. Os funcionários de sua responsabilidade, envolvidos nos trabalhos discriminados no Contrato, deverão estar uniformizados, com roupas profissionais e portando cartões individuais de identificação (Crachás).

8.1.2. Certificar-se de que a equipe de funcionário sob sua responsabilidade possui todo o equipamento de segurança necessário ao serviço e exigir o seu uso.

8.1.3. Transmitir-lhes claramente as Normas de Segurança aplicáveis, dedicando especial consideração à execução de tarefas fora da rotina.

8.1.4 Somente será permitido o transporte de pessoal através de veículos próprios para esse fim.

8.2. Das obrigações da CONTRATADA:

8.2.1. Instruir e esclarecer a seus funcionários sobre as medidas de segurança e precauções relativas às peculiaridades dos serviços;

8.2.2. Fazer cumprir as normas de segurança do trabalho a que estão obrigados todos os funcionários sem exceção;

8.2.3. Designar somente pessoal devidamente habilitado para a execução de cada tarefa;

8.2.4. Manter-se a par das alterações introduzidas nas normas de segurança do trabalho transmitindo-as a seus subordinados;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

8.2.5. Estudar as causas dos acidentes e incidentes e fazer cumprir as medidas que possam evitar a sua repetição;

8.2.6. Relacionar-se continuamente com o Órgão responsável pela obra ou serviço e com o Órgão responsável pela Segurança do Trabalho, objetivando identificar meios para aumentar o nível de segurança do trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. São causas de rescisão contratual por ato unilateral e escrito da Administração os casos abaixo enumerados:

9.1.1. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

9.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

9.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

9.1.4. Atrasos injustificados no início dos serviços;

9.1.5. Paralisação injustificada da execução dos serviços;

9.1.6. Subcontratação total do seu objeto, sem a prévia autorização da CONTRATANTE por escrito;

9.1.7. Desentendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

9.1.8. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.9. Decretação de falência ou a instalação de insolvência civil;

9.1.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

9.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

9.1.12. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

9.2. É permitida a rescisão amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo a que se refere o contrato, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

9.3. Constituem as causas da rescisão do contrato:

9.3.1. A supressão por parte da CONTRATANTE de obras ou serviços acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido;

9.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes dos serviços, ou parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra,

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à CONTRATANTE;

9.4. Nos casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados quando por esta.

9.5. O descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarretam as seguintes consequências.

9.5.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

9.5.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessário a sua continuidade;

9.5.3. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

9.6. Constitui causa de suspensão do contrato:

9.6.1. A ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizam o mesmo prazo. Independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até, que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORÇA MAIOR

10.1. A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivada por caso fortuito ou motivo de força maior nos termos do artigo 393 e seu parágrafo único do Novo Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito os eventos de natureza e, como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente independem da vontade das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente Termo de Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, pelas suas cláusulas, pelo edital de **Pregão Presencial N.º 125/2022** e pela proposta da CONTRATADA, inserta às fls. 547, bem como, da fase de lance de preços inserta às fls. 546, do Processo de Compras n.º 5269/2022.

9.2. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando, para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 09 DE JANEIRO DE 2023.

DANIEL GONÇALVES DO CARMO JÚNIOR
Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

LM CURSOS DE TRÂNSITO LTDA EPP
Fernanda Silva Macedo

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG:

2) _____
RG:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE REFERÊNCIA

Busca-se atender à Portaria nº 966, de 25 de julho de 2022, do Ministério da Infraestrutura/ Secretaria Nacional de Trânsito (SNT) e para manter os profissionais das Secretarias de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil capacitados.

A certificação nos cursos de formação e de atualização é condição para que as atividades de fiscalização, operação, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento nos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), executadas por Agentes Fiscais de Trânsito, tenham validade legal.

1. DISCIPLINAS E CARGA HORÁRIA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO E DE ATUALIZAÇÃO DE AGENTES FISCAIS DE TRÂNSITO.

1.1.FORMAÇÃO DE AGENTES FISCAIS DE TRÂNSITO

O curso deverá conter carga horária mínima de **200 (duzentas) horas/aula**, divididas em:

- a) 40 (quarenta) horas/aula destinadas ao Módulo I Legislação de Trânsito;
- b) 20 (vinte) horas/aula ao Módulo II Noções de Engenharia de Tráfego e Sinalização de Trânsito;
- c) 48 (quarenta e oito) horas/aula ao Módulo III Legislação de Trânsito Aplicada;
- d) 08 (oito) horas/aula ao Módulo IV Ética e Cidadania;
- e) 12 (doze) horas/aula ao Módulo V Psicologia Aplicada;
- f) 08 (oito) horas/aula ao Módulo VI O Papel Educador do Agente;
- g) 08 (oito) horas/aula ao Módulo VII Língua Portuguesa;
- h) 16 (dezesseis) horas/aula ao Módulo VIII Operação e Fiscalização de Trânsito; e
- i) 40 (quarenta) horas/aula ao Módulo IX Prática Operacional.

Considerar-se-á hora/aula o período de 50 (cinquenta) minutos.

A carga horária diária não poderá exceder, em regime intensivo, 08 (oito) horas/aula por dia nos cursos presenciais.

O treinamento será realizado em até 04 turmas com no mínimo 12 alunos por turma.

A estrutura curricular será composta por:

MÓDULO I - Legislação de Trânsito - 40 h/a

Conteúdo:

- Conceitos e Definições;
- Normas de Circulação e Conduta; Sistema Nacional de Trânsito;
- Medidas Administrativas e Penalidades;
- Dados a serem observados na CNH e CLA;
- Veículos;
- Normas do CONTRAN e do DENATRAN aplicadas à Fiscalização e Operação de Trânsito.

MÓDULO II - Noções de Engenharia de Tráfego e Sinalização de Trânsito - 20 h/a

Conteúdo:

- Conceito de Mobilidade e Circulação;
- Elementos da Engenharia de Tráfego;
- Sinalização Viária (vertical, horizontal e semafórica etc.);
- Fiscalização Eletrônica.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

MÓDULO III - Legislação de Trânsito Aplicada - 48 h/a

Conteúdo:

- 9 Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito.

MÓDULO IV - Ética e Cidadania - 08 h/a

Conteúdo:

- 10 Conceitos e Definições;
- 11 Ética geral;
- 12 Ética profissional;
- 13 Cidadania e trânsito.

MÓDULO V - Psicologia Aplicada - 12 h/a

Conteúdo:

- Conceitos e Definições;
- Comunicação interpessoal;
- Administração de conflitos;
- Diferenças individuais;
- Assertividade.

MÓDULO VI - O Papel Educador do Agente - 08 h/a

Conteúdo:

- Conceitos e Definições;
- O agente enquanto educador de trânsito (observar Art. 280 do CTB);
- O auto de infração como ato vinculado.

MÓDULO VII - Língua Portuguesa - 08 h/a

Conteúdo:

- Noções Básicas de Comunicação: Oral Escrita

MÓDULO VIII - Operação e Fiscalização de Trânsito - 16 h/a

Conteúdo:

- Conceitos e Definições;
- Técnicas de Abordagem;
- Operação;
- Fiscalização;
- Integração com a engenharia de tráfego.

MÓDULO IX - Prática Operacional - 40 h/a

Conteúdo:

- Técnicas de Abordagem;
- Prática de Fiscalização;
- Prática de Operação.

Os módulos I, II, III, IV, V, VI e VII, descritos do Curso de Formação, serão realizados nas modalidades de ensino à distância e remoto.

1.2. ATUALIZAÇÃO DE AGENTES FISCAIS DE TRÂNSITO

O Curso de Atualização terá carga horária mínima de **32 (trinta e duas) horas/aula**.

Considerar-se-á hora/aula o período de 50 (cinquenta) minutos.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

A carga horária diária não poderá exceder, em regime intensivo, 08 (oito) horas/aula por dia nos cursos presenciais.

O Curso de Atualização será realizado nas modalidades de ensino presencial, à distância e/ou remoto.

A estrutura curricular será composta por:

MÓDULO I - Legislação de Trânsito Aplicada - 12 h/a

Conteúdo:

- Atualizações normativas pertinentes a área da fiscalização.

MÓDULO II - Ética e Cidadania - 04 h/a

Conteúdo:

- Ética profissional;
- Cidadania e trânsito.

MÓDULO III - Operação e Fiscalização de Trânsito - 16h/a

Conteúdo:

Atualizações:

- Técnicas de Abordagem;
- Operação;
- Fiscalização;
- Integração com a engenharia de tráfego.

2. METODOLOGIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O curso de agente da autoridade de trânsito deverá conter aulas teóricas e práticas, ministradas de forma dinâmica, expositiva e dialógica.

Para as atividades práticas podem ser utilizadas imagens, vídeos, estudos de caso e visitas técnicas, atividades de fiscalização, operação, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento.

3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Ao final de cada módulo deverá ser realizada prova sobre os conteúdos trabalhados pela contratada que ministrará o curso.

Será considerado aprovado no curso de capacitação o aluno que obtiver aproveitamento mínimo de 70% em cada módulo.

O aluno reprovado ao final do módulo poderá realizar nova prova a qualquer momento, sem prejuízo da continuidade do curso. Caso ainda não consiga resultado satisfatório, deverá repetir o módulo em outra edição do curso.

Cada aluno deverá ter frequência mínima de 75% em cada um dos módulos. Caso o aluno não atinja o mínimo de frequência estabelecido em um ou mais módulo(s), poderá repeti-lo(s) em outra turma ou edição do curso, aproveitando os módulos em que atingiu o estabelecido.

A avaliação deverá ser realizada através de observação direta e constante do desempenho dos alunos, sendo dispensada atribuição de nota ao final do curso.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

4. QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Para os cursos ministrados por servidores de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), o corpo docente do curso deverá ser formado por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de profissionais que tenham formação superior e experiência na área afim dos conteúdos constantes na estrutura curricular do curso.

Para os profissionais de nível médio, será exigido, no mínimo, 10 (dez) anos de experiência comprovada na área afim dos conteúdos constantes na estrutura curricular do curso.

A comprovação da referida titulação deverá ser apresentada junto às entidades e instituições habilitadas para ministrar o curso objeto da Portaria nº 966, de 25 de julho de 2022, do Ministério da Infraestrutura/ Secretaria Nacional de Trânsito (SNT).

5. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Curso de Agentes Fiscais de Trânsito Municipais deverá ser ministrado por entidades e instituições credenciadas e habilitadas pelos órgãos integrantes do SNT.

A programação e a realização de cursos estarão sujeitas às necessidades apontadas pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil.

A contratada deverá fornecer material didático relativo ao curso (em formato impresso nos cursos presenciais e em formato virtual nos cursos EAD e remotos).

As aulas presenciais serão ministradas em dias úteis, nos períodos da manhã e/ou da tarde, sendo permitida excepcionalmente a utilização de sábados, domingos e feriados e em local a ser definido pela Secretaria requisitante.

Os certificados de conclusão do curso serão emitidos pela contratada.

6. DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS INSTRUTORES

6.1. As licitantes deverão apresentar uma ficha no modelo a seguir devidamente preenchida para cada instrutor que ministrará o curso (dentro do envelope DOCUMENTAÇÃO):

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADO: LM Cursos de Trânsito Ltda Epp

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 019/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de curso para formação de agentes de trânsito

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 09 de Janeiro de 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Luiz Gustavo Pinheiro Volpi

Cargo: Prefeito Interino

CPF: 107.716.268-51

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Daniel Gonçalves do Carmo Junior

Cargo: Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

CPF: 135.499.988-64

Assinatura: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Daniel Gonçalves do Carmo Junior

Cargo: Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

CPF: 135.499.988-64

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: Fernanda Silva Macedo

Cargo: Sócio Administrador

CPF: 028.176.497-29

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Daniel Gonçalves do Carmo Junior

Cargo: Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

CPF: 135.499.988-64

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: Daniel Gonçalves do Carmo Junior

Cargo: Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

CPF: 135.499.988-64

Assinatura: _____